

OPERAÇÕES DA LINGUAGEM E ALGUMAS CONSTRUÇÕES NOMINAIS

Leticia M. REZENDE¹

- RESUMO: Este texto estuda algumas construções nominais do ponto de vista das operações da linguagem. Desse modo, no lugar de se estudar os valores ou significados dessas construções procura-se muito mais mostrar a natureza do processo de atribuição de significados ou valores. Na sua última parte, o texto apresenta uma orientação pedagógica para o ensino dessas construções.
- PALAVRAS-CHAVE: Construções nominais; representação; diálogo; operações de determinação e indeterminação; aspecto; modalidade; ensino de gramática.

Introdução

Construiremos uma argumentação na qual problematizamos as construções conhecidas como adjuntos e complementos nominais e propomos soluções. Para isso, utilizamos apenas alguns exemplos, mas temos como suporte uma reflexão desenvolvida em pesquisas anteriores (REZENDE, 1994).

A nossa formação como lingüista, dentro de uma Teoria das Operações Enunciativas, sempre nos forçou a pensar a língua na sua articulação com a linguagem. Essa reflexão, necessariamente, nos força, simultaneamente, à descentralização e à centralização, ou seja, à articulação antropocentrismo-etnocentrismo. Esforçamo-nos em encontrar, nas marcas de uma língua dada, a linguagem, ou processos generalizáveis presentes em todas as línguas. Para articular língua e linguagem, precisamos saber o que é uma e o que é outra. Na língua, preponderam o empírico, a prática, o conteúdo, o particular e até mesmo o individual; na linguagem preponderam a forma ou processos generalizáveis ou universais. Linguagem e línguas estão altamente imbricadas, daí a necessidade de reconhecê-las enquanto tais e mostrar como a articulação entre

¹ Departamento de Didática - Faculdade de Ciências e Letras - UNESP - 14800-901 - Araraquara - SP - Brasil. E-mail: leticia@fclar.unesp.br.

elas é feita. A tese que defendemos é a de que existe uma coincidência entre o generalizável e o particular (quer dizer, é na interação verbal mais particular que apreendemos o que é a linguagem). Essa tese explode com as dicotomias forma e conteúdo, teoria e prática. Trata-se de uma tese sobre estudos lingüísticos profícua ao ensino de línguas e à didática, caracterizados como domínios essencialmente práticos. Na última parte do texto, antes de concluí-lo, apresentamos uma orientação para o ensino dessas construções.

Valores descontínuos e contínuos em língua

Na prática de análise de uma língua, e, conseqüentemente, no ensino da gramática dessa língua, fomos aprendendo, ao longo do tempo, a transferir para esse espaço (o da análise) essa questão ampla (articulação linguagem e línguas, formal e empírico, universal e particular).

A abordagem tradicional da gramática de uma língua e a maioria das sistematizações oferecidas pelos estudos lingüísticos convencionais descrevem sempre valores prototípicos, aqueles que realçam como os picos e as montanhas de um relevo.

Essa atitude de descrever valores prototípicos acaba por nos oferecer pares de construção. Quer dizer, todos os problemas de gramática apresentam-se em pares polarizados. Por exemplo, as orações relativas (REZENDE, 1980) se dividem em restritivas e explicativas; os sintagmas nominais com a estrutura N de N² podem ser analisados como AA ou CN,³ a nominalização encontra-se também historicamente colocada em pares polarizados: nominalização mais nominal ou, mais verbal, ou, em outras palavras, é a relação nome e verbo que sustenta a discussão sobre nominalização. É por meio da colisão sempre dos dois valores prototípicos e polarizados das construções gramaticais, ou seja, é por meio da ambigüidade, que conseguimos perceber não só o mecanismo gerador desses valores (a linguagem), mas também outros valores que não realçam tanto, mas que oferecem continuidade ao fenômeno estudado. Fuchs diz no final de um estudo sobre a marca *ainda*:

Vê-se progressivamente como se estruturam os valores de *ainda*: temos, de um lado, uma série de valores correspondentes a pontos estáveis sobre um mapa, definidos em termos de domínio e do modo de percorrer esse domínio, e, por outro, valores intermediários, que serão descritos não mais como pontos fixos mas como possibilidades mistas entre os pontos estáveis. Essa tomada de posição evita um problema maior: o da atomização (fragmentação) indefinida de valores de efeitos de sentido cada vez mais sutis, na medida em que se refina a análise. (1995, p.295)

Ou ainda, no final do mesmo artigo:

A interpretação de uma marca em contexto é assim descrita como um processo ativo e não necessariamente unívoco de construção de significação: ela consiste em atribuir à

2 N de N = nome + de + nome.

3 AA = adjunto adnominal; CN = complemento nominal.

marca, em função de índices contextuais pertinentes, um ou vários valores da métrica estática. Tal perspectiva permite pensar a emergência do descontínuo, do categorial e dos valores típicos sob um fundo contínuo: o recurso a parâmetros de análise cinética ressitua de fato o aparecimento de valores estáveis no interior de uma dinâmica de instabilidade e mudança de sentido. (p.295)

Os valores estáticos ou pares de valores polarizados que encontramos nos estudos de gramática resultam de um processo de categorização efetuado pela linguagem (forma) em uma cultura (empírico). A língua marca esse processo. O estudo da língua (agramática), quando nos oferece valores pontuais, fixos, polarizados, está nos oferecendo o resultado estável de um processo de construção de representação efetuado entre linguagem e mundo e marcado na língua. Uma gramática, assim classificatória, não trabalha com a existência de um processo dinâmico que sustenta tais valores estáveis e outros tantos valores menos perceptíveis. Estudar as línguas na sua articulação com a linguagem é procurar não só os valores que emergem (os signos, por exemplo) mas também os que submergem (os que estão tentando ser signos); estudar as línguas na sua articulação com a linguagem é tentar explicitar não só as categorias resultantes (valores prototípicos), mas também a natureza do próprio processo de construir categorias; estudar as línguas na sua articulação com a linguagem é não estudar o fenômeno atomizado ou fragmentado, mas explicitar a natureza de um circuito que, ligando as partes, faz o todo funcionar, e o todo, assim funcionando, por sua vez, delimita as partes.

Dois critérios de análise das construções N de N: agente e paciente, concreto e abstrato

Com esses propósitos na retaguarda, questionamos essas quatro construções: (1) o livro de Pedro; (2) a invasão da cidade; (3) a foto de Cathérine Deneuve; (4) a foto de Sebastião Salgado. E perguntamos por que /o livro de Pedro/ é AA e /a invasão da cidade/ é CN?

O aluno da escola fundamental e média e mesmo o professor de português não fazem essa questão, porque aparentemente essas duas construções (1) e (2) são distintas, e a instrução que lhes é oferecida de que *livro* é concreto e *invasão* é abstrato lhes basta para efetuar a distinção. Mas eles (aluno e professor) ficam bastante embaraçados diante dos casos de ambigüidade com as construções N de N. E o ensino da gramática não aproveita a oportunidade da ambigüidade, ou da colisão dos valores, para ensinar os alunos a refletir sobre língua e linguagem, expandindo a questão da ambigüidade para os exemplos não ambíguos, como (1) e (2) já citados. Como a gramática é classificatória, é preciso que professor e aluno entrem em um acordo sobre um ou outro valor a ser atribuído à construção. Os dois valores juntos ou vários valores ao mesmo tempo são duas situações que precisam ser evitadas, pois colocam em risco a classificação e a organização da gramática, enquanto tal. No entanto, o estudo de gramática será eternamente prisioneiro dessas duas situações: ou se atomizam as

construções gramaticais, extirpando-as de seus contextos de ocorrência e cai-se na ambigüidade, exatamente por falta de contexto que as desambigüize, ou se trabalha com contexto explícito gerando o movimento (jogo parafrástico) e temos outros valores intermediários, além dos dois valores polarizados da gramática. Essas duas situações (ambigüidade e paráfrase) expressam dois mecanismos fundamentais da linguagem e nos mostram a fragilidade da classificação. O ensino da gramática opta pela atomização das construções gramaticais, e procura-se, então, evitar os inevitáveis casos de ambigüidade. Essa não é uma atitude saudável diante do conhecimento. Por outro lado, trabalhar com a explosão dos valores e dos significados, gerados em contextos diversificados, não seria ensinar a gramática, como ela está estruturada: um conjunto de conhecimento previsível. Seria trabalhar a imprevisibilidade. Mas pode bem ser que o que chamamos de imprevisibilidade seja apenas resultado de uma limitação teórica ou da falta de instrumento de análise que não permitem a visibilidade global do fenômeno, ou a percepção de um universo submerso a ser explorado e que poderia abarcar, então, os valores estáticos e os intermediários (aleatórios?, imprevisíveis?). Há uma pergunta de natureza pedagógica interessante: como administrar uma aula de língua, com toda a estrutura escolar vigente, pregando a existência de valores e significados imprevisíveis?

Os casos de ambigüidade nas construções N de N são conhecidos de todos e foram também o nosso ponto de partida.

Tomemos, por exemplo, de um lado:

(3) a foto de Cathérine Deneuve

e de outro:

(4) a foto de Sebastião Salgado.

Vamos ignorar, por certo tempo, nesta discussão (assim como fazem os gramáticos) os mecanismos de *forma* e vamos nos apoiar, em uma confusão total entre o formal e o empírico, em dados extralingüísticos para a nossa análise. Assim temos 99% de chances de que em (3) o possuidor esteja no caso objetivo, quer dizer, é o paciente, o fotografado, e de que, em (4), o possuidor esteja no caso nominativo, é o agente, quer dizer, o fotógrafo.

Essa é a explicação oferecida pelas gramáticas para desambigüizar as construções N de N ambíguas. Assim (3) é AA e (4) é CN. Essa explicação, como veremos mais à frente, é baseada em informações experienciais e não em mecanismo de forma.

Esse critério (agente, paciente), que é oferecido para desambigüizar as construções N de N, precisa ser esquecido no caso das construções não ambíguas. E nos exemplos (1) e (2) é o critério do concreto e do abstrato que é reivindicado. Esse critério apóia-se também, como o critério anterior, em informações extralingüísticas (empírico).

Questionando os critérios de análise: confusão entre o empírico e o formal

Quais questionamentos podemos obter cruzando os critérios para os referidos exemplos?

Assim tentaremos aplicar o critério agente e paciente para (1) e (2), que são N de N não ambíguas no item abaixo; e o critério concreto e abstrato para (3) e (4) que são N de N ambíguas no item posterior.

As construções N de N (consideradas não ambíguas) e o critério agente e paciente

(1) o livro de Pedro

Essa construção é AA. Lembremos que (3) é AA, porque o elemento possuidor *Cathérine Deneuve* é paciente (o fotografado). Cruzando os critérios poderíamos perguntar: e *Pedro em o livro de Pedro* é paciente?

Pela ótica da gramática, teríamos um posicionamento mais ou menos assim: neste exemplo, conceitos tais como transitividade, agente, paciente não cabem. Com a noção *fotografar* é mais fácil falar em transitividade: temos o elemento que vai fotografar, o que vai ser fotografado, o ato de fotografar e o estado resultante que é a existência do fotógrafo e do fotografado. Mas a preposição *de* remete ao verbo *ter*, que é um verbo de estado, e a transitividade diz respeito a processo e não a estado.

Por que no lugar de opor estado e processo (novos pares, novas oposições, novos valores prototípicos) não propomos um contínuo: o *estado* é resultado de um *processo* e o processo é a própria transitividade (encadeamentos causais) que, por meio de um jogo de forças entre sujeito e objeto e sujeito e sujeito, efetua a transformação e conduz a passagem de um estado para outro (estado resultante)?

Assim teríamos a passagem de *estados* tanto em (3) a foto de *Cathérine Deneuve*, quanto em (1) o livro de *Pedro*.

Para (3), temos:

1º momento

< alguém fotografar alguém >

a r b

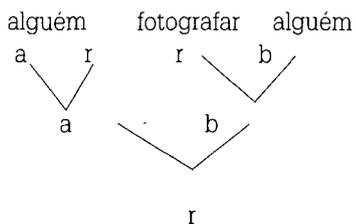
Nesse primeiro momento não temos estados resultantes. Temos duas relações insaturadas:

< a r > e < r b >, quer dizer, temos:

alguém fotografar ()
 a r b

e
 () fotografar alguém
 a r b

ou, ainda, temos:



É a propriedade transitiva da léxis (a/r, r/b então a/b) que nos permite estabelecer uma relação entre a e b, que se finalizar em estado resultante, acaba por nos oferecer a transformação e o 2º momento. Para compreender o conceito de léxis ver Culioli (1990, p.78-9, 204; 1999, p.24, 34, 100-1)

2º momento: o fotógrafo e o fotografado

Para 1, temos:

1º momento

Pedro tem um livro

2º momento

alguém identifica e atribui um livro como sendo o livro que Pedro tem um livro.

A transitividade está presente na transformação e na mudança de estado entre

1º momento

a posse de um livro por alguém

2º momento

a identificação, atribuição, como sendo um tal objeto possuído por alguém de um tal possuidor específico.

Ou ainda.

1º momento: $\left\{ \begin{array}{l} \text{um possuidor que tem um livro (não identificado)} \\ \text{um livro que é para um possuidor (não identificado)} \end{array} \right.$

2º momento: oferece-nos o possuidor e o possuído, quer dizer, o *livro de Pedro*.

O critério agente e paciente que serve para desambigüizar N de N ambíguas, tais como a *foto de Sebastião Salgado* e a *foto de Cathérine Deneuve* não tem consistência, pois não oferece um procedimento coerente ao analisarmos as duas construções CN entre si (a foto de Sebastião Salgado e a invasão da cidade), nas quais *Sebastião Salgado* é agente e *cidade* tanto faz ser agente quanto paciente, pois, estando junto com *invasão* é sempre CN, como em:

5) a invasão da cidade pelos mosquitos está irritando os moradores (CN) → cidade sendo invadida.

6) a invasão da cidade está alcançando as montanhas vizinhas (CN) → cidade sendo invasora.

Essas duas últimas construções (5) e (6), que contêm nominalizações, remetem a representações que não possuem estabilidade, quer dizer, não possuem pontos fixos no tempo e no espaço. Diríamos que são nominalizações verbais, predicativas. Essa explicação, com a qual concordamos e que defenderemos em nossa pesquisa, apresentada apenas desse modo, é muito frágil.

O que é o caráter verbal ou predicativo de (2) e (4)? É o que a gramática chama de abstrato em oposição ao concreto? O que significa remeter a representações que não possuem estabilidade, âncoras, no espaço e no tempo?

Pensamos que podemos responder a essas questões do seguinte modo:

Em (2) eu tenho um *processo* que se inicia e não se acaba, eu não tenho *estados* resultantes. Não temos a *cidade invadida* nem a *cidade invasora*, como temos em (1) o possuidor e o possuído e em (4) o fotógrafo e a fotografada.

Podemos notar que o critério concreto e abstrato remete a processos de construção de representação estáveis e instáveis respectivamente, e que esse nosso posicionamento está nos levando de um critério, que era de natureza extralingüística (empírico), para um critério lingüístico (formal).

Em (4) temos:

A foto que Sebastião Salgado $\left\{ \begin{array}{l} \text{faz} \\ \text{ou} \\ \text{costuma fazer} \end{array} \right.$

A ausência de estados resultantes em (4) também nos conduz à atribuição do valor predicativo ou verbal à nominalização correspondente.

Apesar de concordarmos com a análise dos valores estáveis ligados com uma nominalização nominal e com a existência de estados resultantes; e dos valores instá-

veis ligados com uma nominalização predicativa ou verbal e com a não-existência de estados resultantes, devemos, neste momento, explorar a fragilidade de como até agora apresentamos esse novo critério. Em outras palavras, para fazer a transição entre os critérios extralingüísticos ou empíricos (concreto e abstrato; agente e paciente) e os critérios lingüísticos ou formais (estabilidade e instabilidade das representações ligadas a estados resultantes ou não), tivemos que assumir por um certo momento, neste texto, a existência de um valor inicial às nominalizações contidas nos fragmentos N de N. Será que esse valor inicial existe? É o que tentaremos responder neste artigo.

As construções N de N (consideradas ambíguas) e o critério concreto e abstrato

Pelo critério concreto e abstrato como poderíamos aproximar:

(1) O livro de Pedro

(3) A foto de Cathérine Deneuve

ambas construções tidas como AA

e

(2) A invasão da cidade

(4) A foto de Sebastião Salgado

ambas construções tidas como CN?

A análise tradicional, como vimos, separa os critérios para esses quatro exemplos. Assim (1) e (2) se diferenciam pelo critério abstrato e concreto e (3) e (4) pelo critério agente e paciente.

Cruzando os critérios, como já fizemos, e aplicando o critério agente e paciente para (1), obtivemos pontos comuns com (3). (1) e (3) apresentam estados resultantes: /o possuidor e o possuído/; /o fotógrafo e a fotografada/. Seria esse fenômeno (estados resultantes) que os proponentes do critério *concreto* intuem e do qual tentam dar conta? Seria esse mesmo fenômeno que subjaz à intuição de que N de N com valor AA são transitivos, completos? Como vimos, essas construções, para obter o valor AA, possuem uma transitividade acabada ou um encadeamento de operações de determinação que chega a uma finalização.

Estamos vendo, por essa trajetória de análise, o quanto a gramática confunde mecanismos de forma e o empírico (experiência de mundo), e quando ela opõe *livro*, como concreto, e *invasão* como abstrato, está mesmo pensando na existência visível e palpável de um, e na invisibilidade do outro, no mundo. Quando explicitamos meca-

nismos de forma e tentamos articular o formal e o empírico, e não confundi-los, um posicionamento se faz necessário: para a linguagem, enquanto atividade de construção de representações, nenhum objeto existe no mundo, todos os objetos são construções simbólicas e os processos de abstração imperam.

Tentaremos, com os exemplos que seguem, destruir em (a) a propriedade *concreto* atribuída a (1) e (3), e em (b) a propriedade *abstrato* atribuída a (2) e (4). Assim temos:

a

- (7) O livro de Pedro não existe.
- (8) Livros costumam ser bons presentes.
- (9) O livro que eu vou te dar de presente ainda não foi escrito.
- (10) A foto de Cathérine Deneuve será tirada o mês que vem.

b

- (11) A invasão da cidade pelos mosquitos atrapalhou os moradores.
- (12) A foto de Sebastião Salgado foi vendida por 100 reais.

Comentando (12): se eu tenho apenas o fragmento: *a foto de Sebastião Salgado*, posso, como aliás se faz normalmente, atribuir o traço *agente* a Sebastião Salgado e, desse modo, um caráter predicativo a *a foto*. Assim, *a foto* (pressupondo-se que um valor inicial exista, e aqui está toda a nossa discussão!), tendo o valor CN poderia ser glosada do seguinte modo: *a propriedade que possui o ato de fotografar ou o ato de fazer fotos de Sebastião Salgado*, quer dizer, *a foto* teria um caráter predicativo. No entanto, com o contexto encaixante de (12), perde relevância se *Sebastião Salgado* é o agente ou o paciente e ganha relevância o fato de que *a foto* passa a ter unicidade, contorno, estabilidade no tempo e no espaço; em síntese: *a foto* se nominaliza, deixa de ser predicado e passa a ser nome.

As construções N de N e a inexistência de um valor inicial

Acontece que esse valor inicial que atribuímos ao fragmento N de N é extraído de um contexto retrospectivo e prospectivo (metatexto anterior ou posterior), como vimos nas manipulações que fizemos com os dois critérios mencionados. Na medida em que não se tem consciência de que há um contexto anterior e posterior trabalhando esse valor que chamamos de *inicial*, cada interpretante na sua singularidade vai exigir como válido o seu valor, sem consciência de que os espaços anterior e posterior existem para qualquer falante poder preencher diferentemente e obter outros valores.

O desconhecimento da existência formal dos espaços (anterior e posterior), que podemos caracterizar como sendo os espaços da argumentação e dos encadeamentos dos atos discursivos, e o desconhecimento também de que esses espaços (cujas existências são universais formais) podem ser preenchidos empiricamente de modos diversificados pelos sujeitos falantes conduzem a gramática ou os gramáticos a fixar um

único valor em prejuízo dos outros. Trata-se de uma atitude etnocêntrica e revela a ignorância da existência da linguagem, mecanismos de forma indistintos que geram, sustentam e destroem os mais diversificados valores dados em contexto.

O encadeamento desses espaços (atual, anterior e posterior) permite atribuir um valor referencial para o enunciado. Toda a questão da referência e da verdade ou da falsidade de um enunciado está substituída em uma Teoria das Operações Enunciativas pela proposta de existência desses espaços constitutivos do enunciado.

No posicionamento etnocêntrico temos, por desconhecimento da base antropológica da organização de representações, ou por desconhecimento da existência de um diálogo entre o eu (identidade) e o outro (alteridade), um amálgama entre forma e conteúdo. É uma atitude consciente identificar forma e conteúdo como duas instâncias separadas e depois sabiamente articulá-las, mostrando as suas interdependências.

Estamos saindo do aviso que demos na p.113 de que estaríamos, como os gramáticos, fazendo as análises a partir de informações extralingüísticas, confundindo forma e experiência. Neste momento do texto, começamos a mostrar mecanismos de forma que constroem os valores dessas construções nominais ora analisadas.

Contexto posterior às construções N de N

Vamos mostrar, por meio de alguns exemplos, como o contexto encaixante (posterior) ou a predicação que segue a esses fragmentos (N de N) pode alterar o valor inicial defendido pelas gramáticas (e por nós mesmos até certa altura deste texto). Esse fato (a predicação posterior alterando o valor inicial do fragmento) vai nos conduzir a questionar a existência desse valor inicial e vai nos forçar a oferecer, em consequência, uma explicação para aquilo que vem *antes* da nominalização.

Assim, retomemos nossos exemplos. O valor predicativo de (2) e (4), assim enquanto fragmento, só pode ser obtido por meio de uma predicação tautológica, que instaura o eu, como centro dos valores. Assim para (4) temos:

A foto de Sebastião Salgado é a foto de Sebastião Salgado { que eu conheço
que eu estou pensando
que eu quero que seja
que eu vejo
etc.

Precisamos admitir que, se os espaços anterior e posterior, que são invariantes de forma, devem ser preenchidos por metatextos, que vão representar a experiência variada de cada um, em algum momento, então, deverá existir uma predicação tautológica *Isso é isso porque é isso*, mas essa predicação só terá seu pleno valor se passar pelo diálogo, pela alteridade, pela negação, ou seja, pela compreensão de que *Isso também pode não ser isso*. Sem a complementaridade da representação, não há representação alguma. Sem a variação da representação em tempos, espaços possíveis e para

sujeitos possíveis, não há a percepção da *forma*, quer dizer, não há construção da representação. E, inversamente, a consciência que o sujeito tem de si próprio vem da possibilidade de distinguir duas ocorrências idênticas do mesmo fenômeno, como sendo diferentes, pelo menos, no tempo. É a possibilidade de construir um antes e um depois para os fenômenos que arrasta um aqui e um ali, e um *eu* do aqui e agora, de um *eu* do lá, do antes e do depois. É a possibilidade desse diálogo interno (atividade epilingüística) que oferece densidade ou espessura para um desdobramento e um diálogo externo entre o *eu* e o *tu*. E o diálogo externo permite, por sua vez, o refinamento do diálogo interno, e...

A consciência de si próprio e a percepção da forma ou da representação dependem da percepção da variação das representações, no espaço, no tempo e para o outro. Ou, ainda, a percepção de uma representação atual como tal vai depender de um encontro das representações anteriores (passado, memória) e da projeção das representações em direção a um futuro (teleonomia).

A nossa reflexão propõe, para a unidade mínima de análise, o enunciado, uma analogia com essas questões. Faz isso ao recuperar enquanto metatexto as predicções anteriores e as predicções posteriores às construções nominais que estamos estudando.

A modalidade assertiva *positiva* (e seria a mesma coisa para a modalidade assertiva *negativa*) presente na predicação tautológica acima (*é* ou *não é*) e que acompanha a construção da representação dando-lhe um estatuto de representação que *existe* ou que *não existe* (mas em todo caso representação estável tanto na existência, quanto na não-existência, porque *certeza*) precisou passar por todo um caminho aspecto-modal.

O caminho aspecto-modal é a trajetória instável e incerta pela qual toda a representação passa para vir a ser representação. Essa trajetória inclui necessariamente o *outro* enquanto suporte da variação da representação:

a) no espaço (aqui e lá)

b) no tempo (agora, antes e depois)

c) para os sujeitos envolvidos: S1, aquele que fala ou escreve, e S2, aquele para quem o discurso oral ou escrito é dirigido (não necessariamente quem ouve ou quem lê).

O aparato aspecto-modal diz respeito às instabilidades (resistências, obstáculos) que oferecem as noções em relação, ancoradas em uma enunciação efetiva, em finalizar uma ação desencadeada ou iniciada e atingir estados resultantes que nos ofereçam representações estabilizadas. As noções em relação podem estar configurando uma relação sujeito e objeto ou uma relação sujeito e sujeito.

Quando há finalização de uma ação, estados resultantes e representações estabilizadas, temos marcas assertivas da certeza (modalidade assertiva positiva ou negativa), marcas aspectuais nas quais os limites espaço-temporais de construção da representação estão coincidentes em um ponto e não dilatados e espessos. Os limites espácio-temporais estão remontados, como os dois ponteiros do relógio quando é meio-dia. Podemos dizer que houve transitividade, que é a mesma coisa que teleonomia, quer dizer, houve um circuito causal que atingiu uma finalidade.

Pelo contrário, se não há finalização, estados resultantes e representações estáveis, as marcas aspecto-modais vão indicar trajetórias instáveis e dificuldades na construção da representação. Teremos marcas assertivas da não-certeza (o possível, o provável, o eventual) e marcas aspectuais não pontuais, mas apontando para uma dilatação e difusão dos pontos espaço-temporais. Essas marcas mostram o esforço, a dificuldade (conação) para se alcançar o estado de finalização ou teleonômico (existência ou não-existência). Podemos, no máximo, falar que há no enunciado um esboço de transitividade. Não temos representação construída, mas representação em construção.

Continuaremos a manipular nossos fragmentos N de N, mostrando a inexistência do valor inicial (AA ou CN). É uma predicação posterior (contexto encaixante), que permite essa movimentação dos valores. Pudemos ver que os valores iniciais, atribuídos pelos gramáticos a essas construções, também possuem uma predicação posterior, que se caracteriza como uma predicação tautológica (especular).

O indivíduo ou gramático pensam ser os únicos a conhecerem o contexto do qual o fragmento é retirado, ou ainda (substituindo o narciso pelo superficial), o gramático pensa em um contexto prototípico, que lhe servirá de modelo.

Toda predicação e toda asserção é, sem dúvida, centrada no sujeito falante e, desse modo, ela parecerá sempre um esforço para atingir a verdade especular, tautológica (é isso porque é isso), mas é a alteridade que colocará obstáculos e, desse modo, a predicação centrada no sujeito que fala não será mais vista como tautológica mas como a busca incessante da identidade por meio do outro.

Voltando aos exemplos:

(13) A foto de Sebastião Salgado possui uma característica inconfundível.

Nesse caso, com o contexto encaixante, forçamos uma ocorrência N de N predicativa, na qual a foto de Sebastião Salgado é igual a foto que Sebastião Salgado *faz-sabe fazer* em uma nominalização altamente orientada para uma nominalização nominal, quer dizer, uma representação reconhecível no tempo e no espaço: uma representação estável. Esse valor é sustentado por um equilíbrio entre as marcas lexicais *características inconfundíveis* e a marca gramatical (aspecto perfectivo de *possui*).

Ao contrário, se eu construir:

(14) A foto de Sebastião Salgado está procurando ainda uma identidade, nesse caso eu reforço o caráter predicativo inicial (?) da construção N de N *a foto de Sebastião Salgado*. Esse valor é obtido em razão da noção *identidade* e das marcas de aspecto imperfectivo (valores aspectuais, difusos, dilatados, espessos e não pontuais *estándo.... ainda*).

O mesmo procedimento podemos aplicar a *a invasão da cidade*.

Assim, temos os enunciados:

(15) A invasão da cidade pelos mosquitos atrapalhou a população (cidade invadida).

(16) A invasão da cidade em direção aos morros vizinhos criou problemas para a população (cidade invasora).

Os enunciados (15) e (16) orientam uma construção N de N dada como CN e, portanto, com características predicativas para uma nominalização nominal, na medida em que apresentam estados resultantes e portanto representações estáveis.

De modo contrário, tanto os enunciados (5) e (6), que foram construídos de tal modo para reforçar o que pensávamos ser um valor inicial quanto (17) *A invasão da cidade pode ser um processo muito difícil* reafirmam a orientação predicativa do fragmento N de N, na medida em que eu não posso fixar a representação correspondente à nominalização *a invasão da cidade* em nenhum ponto fixo do espaço e do tempo.

Contexto anterior às construções N de N: o preconstructo e a léxis

Dissemos na p.120 que iríamos mostrar, por meio de alguns exemplos, como o contexto encaixante (posterior) ou a predicação que segue a esses fragmentos N de N podem alterar o valor inicial defendido pelas gramáticas. Dissemos também que a ausência desse valor inicial nos forçaria a oferecer uma explicação para aquilo que vem *antes* da nominalização, ou das construções nominais.

Tomemos os seguintes exemplos (CULIOLI, 1976, p.72):

- (18) É pena que ele tenha feito isso.
- (19) É estranho que ele tenha feito isso.
- (20) É oportuno que ele tenha feito isso.

A análise sintática tradicional classifica (18), (19) e (20) como orações subordinadas substantivas, sendo, *É pena*, *É estranho*, *É oportuno*, as orações principais e *que ele tenha feito isso* oração subordinada substantiva.

Em nossa análise, *É pena*, *É estranho*, *É oportuno*, são modalidades apreciativas. E o que importa é notar que não se trata de unidades autônomas (principal e subordinada) que são acopladas, mas é o acoplamento que gera as unidades. E, novamente, aqui está todo o nosso questionamento: se há geração de valores, é porque um valor inicial não existe. Então, será preciso explicar como geramos os valores e a partir do quê?

Assim:

(18) *que ela tenha feito isso* + a apreciação negativa *é pena*. Essa modalidade não consegue inverter o fato de *que ele tenha feito isso*, embora esteja forçando essa inversão. O subjuntivo *tenha* marca a presença desse jogo de força entre a existência e a inexistência da representação.

(19) *que ele tenha feito isso* + a modalidade apreciativa *é estranho*. Essa modalidade fica entre o positivo e o negativo e leva a uma hesitação quanto ao valor de *que ela tenha feito isso*: Fez isso? Não fez isso?

(20) *que ele tenha feito isso* + a modalidade apreciativa *é oportuno*. Prepondera, nessa modalidade, o valor positivo, embora a marca do subjuntivo *tenha* mostra que há uma possibilidade mínima da existência do valor negativo.

Se a modalidade apreciativa negativa ou positiva orienta o conteúdo de pensamento anterior, podemos indagar novamente se valores iniciais existem ou se o que existe não é a preconstituição de um conteúdo de pensamento mais maleável e flexível, sobre o qual forças de representações em direções contrárias se afrontam e um equilíbrio de valores se esboça com preponderância ora de um lado (positivo), ora de outro (negativo).

Esse anterior, Culioli (1976, 1990, 1999) o chama de preconstructo e trata-se de um metatexto com o qual o lingüista deve operar. Esse preconstructo se estrutura tendo como base um conteúdo de pensamento bastante flexível (a léxis) mais modalidades deônticas (dever, poder) ou optativas que não tiram ainda totalmente o nível de flexibilidade que existia na léxis.

Alternativa pedagógica

Trata-se, neste item, de apenas delinear o que poderia ser um trabalho pedagógico dentro dessa reflexão com essas construções estudadas. Exemplificaremos com os exercícios (21), (22), (23), (24) e (25).

Colocamos primeiramente três exercícios (21), (22) e (23) que solicitam a identificação do AA e do CN retirados de uma apostila do Curso Preparatório aos Vestibulares. Cabe aos alunos, a partir de pistas, sobretudo as mencionadas neste texto (oposição concreto e abstrato; oposição agente e paciente) fazer a distinção entre os dois valores gramaticais. Em seguida, eu criei, para os exemplos (21) e (22), alguns contextos com o objetivo de ilustrar a possibilidade de um trabalho mais criativo com a gramática. O exercício (23) aparece apenas para ilustrar a natureza mecânica e superficial do trabalho com a gramática. O exemplo (24) é a descrição de uma piada que joga com os dois valores gramaticais estudados. O exemplo 25 cita alguns topônimos que servem também para ilustrar o mecanismo dos valores gramaticais estudados.

Tomemos os exemplos:

(21) A explicação do delegado não convenceu os pais da criança.

(22) O professor de física esteve aqui.

Vejamos alguns contextos:

- Como transformar o valor predicativo de a explicação do delegado (CN) em valor nominal (AA)?
- Como transformar o valor nominal de *os pais da criança* (AA) em valor predicativo (CN)?
- Como transformar o valor nominal de o professor de física (AA) em valor predicativo (CN)?

Podemos, então, oferecer alguns exemplos que desequilibram os valores polares:

(21a) Eles usam a explicação que foi dada pelo delegado como prova para o crime.

(21b) Eles negam serem os pais da criança.

(21c) Eles poderão com o passar do tempo convencer as pessoas de que são os pais das crianças.

(22a) Ele não tem nada de professor de física!

(22b) Professor, tudo bem! Mas de física, ora essa!

(23) Distinga os adjuntos adnominais dos complementos nominais: decisão do juiz; decisão da pendência; compra do apartamento; compra do vizinho; pagamento do devedor; pagamento de carnês; julgamento do juiz; julgamento do réu; medo da criança; medo da guerra; redação de cartas; redação de alunos; promoção de festas; promoção do supermercado; saída da sala; saída de alunos; punição do irresponsável; punição de Deus; decência da linguagem; decência do cidadão; preparação do trabalho; preparação do atleta etc.

(24) Em uma delegacia, o delegado diz a seus auxiliares que quer uma devassa no local (em razão de acontecimentos estranhos). Outros auxiliares entram, então, na delegacia com uma mulher com gestos e vestuários extravagantes e dizem ser ela a devassa solicitada (piada contada no programa de humor "Casseta e Planeta", TV Globo).

(25) Juiz-de-Fora; São Bernardo do Campo; Hotel dos Viajantes; Lagoa do Sapo etc. Nos topônimos podemos também alterar o seu valor nominal para o valor predicativo, presente em sua gênese.

Entre a abordagem mecânica dos exercícios geralmente apresentados e a possibilidade de um trabalho mais criativo, o ensino da gramática tem uma longa caminhada para desvencilhar o que pertence à cultura e, portanto, é particular e experiencial, e o que pertence à linguagem, e, portanto, é universal e formal, e, em seguida, estabelecer as suas relações.

Como toda a reflexão desenvolvida neste texto se apóia na proposta da articulação da linguagem com as línguas, a metodologia de trabalho é paradoxal: temos simultaneamente de trabalhar com o grau zero de significado (daí podermos afirmar em nossa conclusão que a distinção entre esses dois fenômenos gramaticais é, do ponto de vista da linguagem, quimera) e com a língua construída que sustenta a existência dos dois valores. Os dois valores, como já dissemos em páginas anteriores, são valores polares, mas há também outros pontos sutis do mesmo fenômeno tal como: Eles negam serem os pais da criança; Ele não tem nada de professor de física etc.

O encaminhamento que podemos dar a esses questionamentos é de natureza teórica: ou postulamos uma regularidade de valores construídos culturalmente e estáticos e tratamos os casos residuais como exceções (e as exceções só não são mais numerosas do que os valores regulares porque se trabalha normalmente com exemplos cujo aparato aspecto-modal está estabilizado) ou procuramos entender a natureza das exceções. Para esse último caso necessitamos de teorias com maior poder explicativo que explore a natureza da linguagem. Para a linguagem, a instabilidade é de princípio, e a estabilidade, um resultado.

Conclusão

Esperamos ter conseguido mostrar com essa argumentação que o valor que normalmente atribuímos ao sintagma nominal em geral e à nominalização em particular, enquanto fragmentos que são, se apóia em informações extralingüísticas as quais possuímos na qualidade de sujeitos imersos em uma cultura. Essas informações foram geradas, por sua vez, por meio de operações de natureza predicativa, que também ficam implícitas ao valor atribuído.

Esses valores iniciais que atribuímos a fragmentos de natureza nominal são, do ponto de vista da linguagem, uma quimera, embora tenha uma realidade do ponto de vista do sujeito que está inserido em uma cultura. Mas também, neste último caso, é possível encontrar outros valores mais sutis e não apenas os dois valores polares. Ter a percepção de todos os pontos de construção de um fenômeno gramatical é ter acesso à linguagem enquanto forma de construção.

O nosso interesse, neste texto, é, ao mesmo tempo, a linguagem e a língua com a necessária inserção do sujeito. Daí a relevância para o nosso trabalho dos processos de montagem e desmontagem de valores, ou da estabilidade e instabilidade dos valores ou significados.

REZENDE, L. Language operations and nominal constructions. *Alfa*, São Paulo, v.46, p.111-127, 2002.

- *ABSTRACT: This text studies some nominal constructions from language operations point of view. Accordingly, instead of studying the values or meanings of these constructions, it is demonstrated the attribution process nature of these meanings or values. In the text last section, it is presented a pedagogical orientation to the teaching of these constructions.*
- *KEYWORDS: Nominal constructions; representation; dialogue; determinacy and indeterminacy operations; aspect; modality; grammar teaching.*

Referências bibliográficas

CULIOLI, A. *Transcription du séminaire de D.E.A. 1975-1976*. Paris: Université de Paris VII, D.R.L., 1976.

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: opérations et représentations*. Paris: Ophrys, 1990. v.1

_____. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999. v.2

FUCHS, C. Encore ... des paraphrases: approches linguistiques de la signification et mises en perspectives cognitives. In: BOUSCAREN, J.; FRANCKELL, J. J.; ROBERT, S. (Orgs.) *Langues*

et langage: problèmes et raisonnement en linguistique. Mélanges offerts à Antoine Culioli. Paris: PUF, 1995. p.281-300.

REZENDE, L. M., *Contribution à l'étude des relatives.* 1980. Tese (Doutorado). Universidade de Paris VII, Paris, 1980.

_____. *O adjunto adnominal e o complemento nominal: dois mecanismos da linguagem.* Relatórios CNPq e UNESP, 1994. Não publicados.